

DOM LUCAS MOREIRA NEVES

O vasto mundo da educação



A revolução do livro, da pena e do papel é a primeira e a mais decisiva

Se, segundo um processo de seleção, a Campanha da Fraternidade (CF) escolheu como tema para 1998 a educação, de que, exatamente, está falando?

A pergunta tem sentido porque é natural que diversas instâncias humanas concebam de modo um tanto diverso a mesma realidade. A fusão de todas fornece a concepção mais rica e completa. Ora, sendo a Igreja Católica Apostólica Romana a que promove a CF, com certeza ela põe no centro o que entende por educação. Tal entendimento lhe vem do diálogo sério e responsável com a sociedade, mas vem também de toda uma história da sua presença na educação, de um corpo de doutrina que ela acumulou, de uma experiência feita ao longo de quase dois milênios.

Na Doutrina Social da Igreja (DSI), é impossível qualquer discurso sobre a educação sem a base de uma filosofia da educação. Essa filosofia, por sua vez, impede de ver a educação em

termos de simples instrução. Educar não é simplesmente treinar ou domesticar um animal, polir uma pedra bruta, estacaear uma planta: tudo isso se faz de fora para dentro. Educar, até pela etimologia (do verbo *e-ducere*), significa tirar do íntimo de um indivíduo a pessoa humana que lá se encontra latente, em potencial. Uma educação que seja realmente levar à possibilidade plenitude das faculdades e virtualidades escondidas na criança e no adolescente – inteligência, vontade, memória, imaginação, afetividade, sensibilidade, emotividade – que fruto terá? O de induzir o nascimento de uma pessoa humana harmoniosa e equilibrada: serena e dinâmica no relacionamento consigo mesma, com as outras pessoas, com a natureza e com o Absoluto, o Transcendente, o Infinito – Deus. Para isso a educação deverá ser indispensavelmente um processo voltado para a *interioridade* do educando, para a sua socialização, para a sua

integração no universo e para seu senso religioso, sua espiritualidade e sua dimensão mística e contemplativa.

Tal educação se dá mais de modo *informal* e *assistemático*, na família, na igreja, no grupo infantil e juvenil, na comunidade viva, do que *formalmente*, na escola.

Isto posto, seria um erro ignorar ou subestimar o outro aspecto: o da *educação formal e sistemática*. Sob esse aspecto, a educação assume a forma e as qualidades da instrução, que é parte dela. O espaço normal em que esta ocorre é a *escola* em seus vários graus. É lícito chamar educação a simples alfabetização que livra homens e mulheres de uma das mais atrozes modalidades de exclusão social. Como educação também é o ensino básico, de segundo grau ou universitário. Julgo importante acrescentar que, de tanta utilidade quanto o ensino em colégios e liceus, de caráter científico ou clássico, é, em determinados ambientes e situações, a educação dita profissional, quer no campo industrial e operário, quer no campo rural e agrícola. O crescimento em humanidade e o desenvolvimento da pessoa humana se faz também nesse campo profissional.

No sentido da educação formal, os Estados em geral, o Estado brasileiro em particular, por explícito mandato constitucional, têm precisas obrigações para com os cidadãos. É essa educação que a Constituição quer que seja:

■ *Democrática e universal*, isto é, direito inviolável de cada cidadão brasileiro e, portanto, dever do Estado para com cada um;

■ *gratuita*, ou seja, a expensas do Estado quanto ao espaço físico da escola, à matrícula sem ônus para as famílias;

■ *de boa qualidade*, ou seja, transmitida por pessoas qualificadas e remuneradas à altura; fundamentada em ótimos textos literários e didáticos, segundo metodologia conveniente e adaptada.

Como cidadão brasileiro e como pastor da Igreja Católica neste país, considero à educação uma necessidade de primeira importância (coloco no mesmo nível de importância e até mais urgente, por motivos óbvios, a alimentação...). Ao escolher a educação como tema da CF deste ano, toda a CNBB e a Igreja Católica como um todo neste país lhe atribuem a mesma importância.

O segredo de tal importância se resume em dado fundamental: sem educação um povo jamais realizará a própria libertação de toda espécie de escravidão. Não fará a própria promoção humana. Não vencerá nenhuma revolução. Na verdade, a revolução do livro, da pena e do papel é a primeira e a mais decisiva.

Enfrentando corajosamente um tema desafiador como o da educação, a CF não quis adotar esquema diferente do que ela vem seguindo: o do *ver, julgar e agir*. *Ver*: qual é o panorama atual da educação no Brasil em todos os níveis e segmentos, quais os dados positivos e os negativos? Os inquietantes e os de esperança? *Julgar*: as razões por que a educação deixa a desejar. *Agir*: por meio de uma conjunção de forças e de estratégias, para vencer a dura batalha contra o analfabetismo, a ignorância e a dramática carência educacional no País.

■ Dom Lucas Moreira Neves, O.P., cardeal-arcebispo de Salvador e primaz do Brasil, é presidente da CNBB



FREI BETTO

Condenados à barbárie?



De que vale a escola se não forma para a cidadania e a democracia?

Educação é o tema da Campanha da Fraternidade-98, promovida pela CNBB neste período da Quaresma. O texto-base pode ser encontrado nas livrarias Paulinas, Vozes ou Loyola e também em muitas paróquias. Trata-se de um documento da mais alta importância, pela análise que faz da educação brasileira e pelo modo como amplia o conceito de processo educacional.

Para os bispos brasileiros, educação não se restringe à escola. É papel também da família. Mas "como é possível, neste contexto crescente de miséria, insecuridade, instabilidade, ausência de pai ou mãe, garantir aos filhos e às filhas as bases de uma personalidade equilibrada e segura, de uma educação adequada e os horizontes de uma vida digna, participativa e de esperança?" (pág. 17).

Igrejas, comunidades, movimentos sociais, ONGs, associações, sindicatos, partidos políticos exercem também uma ação educativa na medida em que "nestes grupos e comunidades as pessoas têm voz, aprendem a participar, a relacionar-se com os outros, a valorizar o trabalho em comum, a procurar a cidadania, a enfrentar os conflitos e os poderosos, a celebrar a vida, alimentar esperanças, etc." (pág. 17).

Os índices apresentados pela CNBB clamam aos céus. Em matéria de escolaridade, "o Brasil, entre os países vizinhos mais próximos, ocupa um lugar inferior ao Paraguai, ao Uruguai, à Venezuela, à Colômbia e à Argentina e é semelhante ao Peru" (pág. 19).

Em nosso país, estão fora da escola quase 3 milhões de crianças e jovens em idade escolar (de 7 a 17 anos). Para concluir as oito séries de escolaridade "obrigatória" os alunos levam, em média, 11 anos. O Sessi constata que cerca de 70 milhões de brasileiros têm menos de quatro anos de escolaridade. Segundo a Fundação IBGE, o Brasil abriga 22,8 milhões de analfabetos acima de 11 anos de idade. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas, são 32 milhões.

A Constituição exige que a União dedique à educação, no mínimo, 18% do orçamento federal. O investimento atual não ultrapassa 4,5% do PIB e, assim mesmo, "o governo federal concentra seus recursos na manutenção do ensino superior (54%)", segundo o MEC (pág. 23).

De cada 100 brasileiros que ingressam na 1ª série, apenas 33 chegam ao segundo grau. "O salário de um professor, em maio de 1997, em cidades do Ceará, Maranhão, Paraíba e Pernambuco, variava de R\$ 40 a R\$ 62 (por mês). Bem menos que o salário mínimo!" (pág. 24).

Os professores ganham mal, as escolas carecem de equipamentos adequados, não se investe na formação do corpo docente, muitos alunos, em razão da pobreza, são obrigados a conciliar trabalho e estudo ou a abandonar o estudo para ajudar na subsistência da família.

A CNBB descreve o novo perfil dos analfabetos brasileiros. Os "analfabetos pós-modernos", que não sabem usar cartão magnético, escada rolante, aparelhos eletrônicos, ler manuais ou contratos. Há também os "analfabe-

tos televisivos", que não conseguem ler jornal ou livro (basta conferir a ínfima tiragem de publicações no Brasil, comparada a outros países). Há ainda os "analfabetos do economês", que não entendem cobranças, balanços, taxas nem a linguagem dos bancos e da mídia especializada no setor.

Quanto a propostas, os bispos assinalam que "o agir requer engajamento pessoal e organização de forças coletivas" (pág. 69). E enumeraram quatro níveis de ação:

- Assistência imediata aos mais necessitados;
- promoção humana;
- engajamento na defesa dos direitos humanos;
- mobilização em favor da transformação social.

Se o governo FHC tivesse mesmo vontade política de não deixar "nenhuma criança fora da escola", bastaria adotar o Programa Bolsa-Escola, instituído em Brasília pelo governo Cristovam Buarque. O programa já retirou das ruas 20 mil crianças e reduziu significativamente a evasão escolar. No Distrito Federal, a política de renda mínima para as famílias carentes, desde que escolarizem seus filhos, é um exemplo a ser seguido.

Outra medida seria proibir criminalmente o trabalho de crianças. Para isso o governo precisa, primeiro, oferecer escolas a todos, pondo fim a vergonhas nacionais como filas de matrícula e sorteios de vagas. E estabelecer uma política de combate ao desemprego.

De que vale a escola se não forma para a cidadania e a democracia? No entanto, quantas incentivam a participação em grêmios e diretórios estudantis, cineclubes e ciclos de palestras, trabalhos voluntários e engajamento em campanhas de interesse social?

Por que o currículo não obriga nossos estudantes a fazer estágios em hospitais, fábricas, na

Defesa Civil e serviços de assistência a favelas? Talvez isso contribuisse para torná-los menos elitistas e mais altruístas.

Passei 22 anos nos bancos escolares e saí sem saber costurar, cozinar, consertar eletrodomésticos e fazer pequenos reparos. E nunca se abordaram situações-limite da vida: dor, doença, falência, ruptura afetiva, sexualidade, morte, espiritualidade. Na escola católica falava-se de religião, segundo a doutrina, e não da experiência de Deus, na linha da vivência.

Aprendi literatura. A ler livros. Só que, hoje, é imprescindível uma disciplina que ensine a ver TV. Sem olho crítico diante da TV nos tornamos vulneráveis à massificação consumista, por um lado, e à imbecilização, por outro. Basta conferir a indigência espiritual dos programas dominicais.

A TV é, hoje, um importante fator de (des)educação. Por isso, deve ser controlada pela sociedade. Nem censura do Estado nem ditadura das emissoras. Só a quebra do atual monólogo e a introdução de canais de diálogo entre público e mídia permitirão o aprimoramento da educação para a democracia.

Somos uma Nação marcada pela pobreza. Sem investimento em nossos recursos humanos estaremos condenados à barbárie. Só o descaso político pode explicar o fato de ainda serem estranhos à nossa rede escolar educadores como Piaget, Vygotsky, Wallon e Paulo Freire.

Enquanto isso, o governo FHC repassa o controle da educação brasileira ao Banco Mundial. É o sinal verde para a privatização do ensino no Brasil. Leia-se: elitização. É o Brasil de costas para si mesmo.

■ Frei Betto, escritor, é autor, em parceria com Paulo Freire e Ricardo Kotscho, de *Essa Escola Chamada Vida* (Ática), entre outros livros